

ANTONIO CANDIDO

OS PARCEIROS DO RIO BONITO: ESTUDO SOBRE O CAIPIRA PAULISTA E A TRANSFORMAÇÃO DOS SEUS MEIOS DE VIDA
Livraria Duas Cidades/Editora 34, São Paulo, 2001 (1.^a ed.: 1964).

Foi com alguma surpresa e bastante embaraço que acabei a leitura de *Os Parceiros do Rio Bonito*, de Antonio Candido de Mello e Souza. Como me teria escapado até tão tarde um estudo socioantropológico desta importância, publicado há tanto tempo, ainda por cima em português?

Na verdade, classifico este livro sem qualquer hesitação como um ponto alto do funcionalismo dos anos 50 e 60 – uma monografia para ombrear com as melhores dos mediterraneanistas anglófonos da época. Como é fundo o Atlântico, como é injusta a hegemonia do inglês!

Trata-se de um “estudo de comunidade” sobre a “sociedade caipira” (a população rural do estado de São Paulo) e as alterações a que estava sujeita por virtude da modernização acelerada que ocorria nos meados do século XX.¹ Antonio Candido identifica “um tipo social”, o “caipira”, para logo procurar as suas raízes históricas e, a partir destas, analisar as condicionantes estruturais que integram essa “maneira de viver”. Procura, assim, identificar essa “equação necessária entre o ajuste ao meio e a organização social” que caracteriza cada sociedade num determinado momento (p. 32).

De um ponto de vista metodológico, é bem patente a influência de Robert Redfield e dos “estudos de comunidade” tão característicos da época. Contudo, estamos longe dos caminhos batidos da monografia funcionalista clássica. Antonio Candido é francamente crítico da perspectiva culturalista do mestre americano (especialmente do conceito de *folk-culture*, cf., por exemplo, p. 100). Mais ainda, a sua obra destaca-se pela importância atribuída à história e à “longa duração” na explicação das reacções à mudança.

O livro inicia-se com uma digressão ao passado, ao período dos “bandeirantes”, mostrando como, sobretudo a partir do século XVIII, a “expansão paulista” criou uma sociedade rural específica e legou padrões de vida que, hoje, são indispensáveis para compreender a vida social e as expectativas culturais. “A linha geral do pro-

cesso foi determinada pelos tipos de ajustamento do grupo ao meio, com a fusão entre a herança portuguesa e a do primitivo habitante da terra; e só a análise desse processo pode dar elementos para compreender e definir a economia seminômade, que tanto marcou a dieta e o carácter do paulista.” (p. 46) Surge, assim, uma relação com a natureza que enfatiza os “níveis mínimos de sobrevivência” – níveis esses determinados pela combinação histórica entre as duas heranças originais. Vemos, pois, como o estudo se abre à influência de Marx – sem dúvida a mais marcante de um ponto de vista teórico.

As sociedades produzem historicamente padrões mínimos de socialidade (“bens incompressíveis”, diz o autor, citando J.-L. Le Bret) que são condição para “definir tipos humanos mais ou menos plenos, dentro dos seus padrões e das suas possibilidades de vida económica, social, religiosa, artística” (*idem*). Não se pode esperar que uma sociedade os abandone do pé para a mão. Pelo contrário, conforme se amontoam as ameaças à sua maneira de viver, mais os seres humanos se atêm a essas “práticas e costumes [que] se tornam, em boa parte, sobrevivências” (*idem*). Para Antonio Candido, na época em que escrevia, parecia urgente fornecer ao caipira os meios intelectuais e económicos para ultrapassar a sua história, adaptando-se a uma modernidade, de facto, inadiável. Sem isso, a urbanização do campo acabaria por se tornar um “vasto traumatismo cultural e social” (p. 281). Proféticas palavras, à luz da violência urbana que se vive no Brasil!

Antonio Candido foi sempre um intelectual engajado, fazendo parte do grupo de professores da USP que, nessa altura, se dedicavam intensamente à leitura de Marx.² À época, fora já cofundador do Partido Socialista Brasileiro e, mais tarde, desempenharia papel destacado no Partido dos Trabalhadores. Esforçar-se por melhorar as condições sociais não era só um dever de cidadania, diz-nos o autor, mas uma condição incontornável do próprio método sociológico, já que “em todo o verdadeiro estudioso das sociedades modernas” jaz latente um “reformador social” (p. 280). Não surpreende, portanto, que o argumento geral do livro remeta para o problema da posse da terra já anunciado no título – um apelo à “reforma agrária” (p. 281) que, no Brasil, como sabemos, continua a ser hoje uma questão actual.

Um dos aspectos mais interessantes da obra, porém, é a forma como Antonio Candido agrega ao molde teórico marxista uma perspectiva de estudo dos “meios de vida” totalmente distinta: a obra pioneira de Audrey Richards, feita à luz da teoria das necessidades de Malinowski, sobre a dieta, a fome e a vida social dos Bemba, no Nordeste da actual Zâmbia (cf. Audrey Richards, *Land, Labour and Diet in Northern Rhodesia*, 1951). A Marx, o autor vai buscar “a consciência da importância dos meios de vida como factor dinâmico, tanto da sociabilidade quanto da solidariedade que, em decorrência das necessidades humanas, se estabelece entre o homem e a natureza, unificados pelo trabalho consciente” (p. 14). Mas é em Richards que encontra a metodologia que lhe permite operacionalizar o estudo que realiza dos padrões mínimos vitais e sociais que marcam a vida caipira – essa corda bamba da fome que, como etnógrafo, pressentira no terreno (p. 197).

Nessa perspectiva, as considerações em torno do “desamor ao trabalho” merecem especial atenção (cf. pp. 103-114). Devido à própria origem histórica da sociedade caipira e à forma como a relação com o meio ambiente se estruturou, esta cultura assentava sobre o recurso a “soluções mínimas” de sociabilidade e subsistência. Face à sociedade envolvente brasileira, em que o emprego de mão-de-obra servil era generalizado, “esse caçador subnutrido”, de origem branca ou mestiça de índio, “senhor do seu destino graças à independência precária da miséria, refugou o enquadramento do salário e do patrão, como eles lhe foram apresentados, em moldes traçados pelo trabalho servil” (p. 107). Assim o autor nos explica como é que o apego a padrões de lazer e à recusa do esforço prolongado constituem características de adaptação socioeconómica historicamente radicadas.

O corpo central da obra é constituído por um rigoroso estudo da relação entre dieta, entreatjada comunitária e vida socioeconómica. Estudando minuciosamente a estruturação dos “bairros”, a principal forma social caipira, e os modelos de entreatjada a que estes estão associados, o autor desenha um equilíbrio instável entre “comunidade” e “mobilidade” (nomadismo até), aspectos que perpassam historicamente a vida caipira: “O sistema de relações nos agrupamentos vicinais funcionava como membrana de tensão superficial, mantendo em equilíbrio uma população rala e

fluida, rompendo-se a cada passo para dar saída aos que iam integrar-se noutra sistema, ou correr o risco da anomia no isolamento das posses distantes” (p. 270).

Aí se mostra como a preservação cultural face às alterações sociais em curso acaba por ser uma forma de preservação grupal que permite aos *bairros* funcionarem como “reguladores da mudança”. Para Antonio Candido, a urbanização em causa aqui não é necessariamente a migração para a cidade, mas sim uma adaptação aos novos padrões de subsistência implícitos na modernidade e que funcionam tanto nos campos como na cidade. Aliás, a obra termina com uma curiosa citação de Marx, em que nos é explicado que “a oposição entre campo e cidade só pode existir no quadro da propriedade privada” (p. 283).

A partir do estudo das “técnicas de viver”, e em especial da alimentação, somos remetidos para a noção de que a cultura – e, portanto, a história – é um factor incontornável para a compreensão da acção humana: “De um ponto de vista social, a alimentação só se torna inteligível como necessidade na medida em que está ligada a uma organização para obtê-la e distribuí-la” (p. 36). A exploração do conceito de “fome psíquica” é particularmente interessante neste aspecto (pp. 198 e 246-249), pois remete para as considerações do autor sobre a “miséria” como conceito necessariamente comparativo e, portanto, radicado numa história (social, económica, cultural) (p. 279). Se bem que tal não seja explicitado, o conceito redfieldiano de *the good life* – como objectivo central integrante de uma visão do mundo (cf. João de Pina Cabral, *Filhos de Adão, Filhas de Eva*, 1989) – não parece estar muito distante.

O livro termina com um posfácio sobre “A Vida Familiar do Caipira”. Tendo em conta a natureza da tese central, é de compreender que o autor tenha optado por apresentar estes aspectos como se de algo de externo à obra se tratasse. Na verdade, porém, tal não é o caso. Aí encontramos algumas observações de enorme interesse e actualidade que constituem complementos indispensáveis ao estudo da socialidade dos bairros e dos padrões de mobilidade e entreatjada expostos no corpo central do livro. Chamo a atenção do leitor, em particular, para as discussões sobre matrimónio, sobre sexualidade e isolamento rural e sobre práticas de nomeação pessoal, que são da maior utilidade comparativa.

Como nos é explicado no prefácio, foi o interesse pela literatura popular caipira que levou o autor a querer estudar a sociedade que a produzia. Assim, pouco depois de terminar o livro, que constituiu a sua tese de doutoramento (em ciências sociais, na Universidade de São Paulo, em 1954), Antonio Candido decidiu dedicar-se a “puxar o fio da *formação* da literatura brasileira” (José Arthur Giannotti, “Recepções de Marx”, 1998, p. 118, destaque no original), tendo deixado um riquíssimo legado, tanto nessa área como na da intervenção política. Por esta razão, o livro constitui um caso à parte na sua obra e não teve a promoção que mereceria, até porque só viria a ser publicado muito tardiamente, em 1964, numa altura em que os ventos dominantes tinham mudado nas ciências sociais.

Não é caso único na literatura antropológica. Quando foram publicadas, obras de elevada criatividade analítica, tais como, por exemplo, *The Life-Giving Myth*, de A. M. Hocart (1954), ou *The Greek Gift*, de Peter Loizos (1975), correspondiam a debates gastos, que já tinham sido abandonados pelas vozes dominantes nas ciências sociais. Com o passar dos anos, contudo, estas obras desfasadas, abandonadas à nascença, acabaram por afirmar-se pelo génio que contêm.

Os Parceiros do Rio Bonito é de longe a melhor monografia de cariz funcionalista escrita em português que me foi dado conhecer até hoje e, pela sua sofisticação, é um exercício teórico de interesse intemporal, pelo que estava eminentemente destinada a ser descoberta. Aos que viviam os conturbados anos da década de 1960, a mistura de Redfield com Marx e Malinowski deverá ter parecido improvável e até insalubre. Mas, como tantas vezes ocorre, estas “idéias fora do lugar”, na expressão famosa de Roberto Schwarz, acabam por conter um inesperado potencial de futuro.

¹ No lindíssimo título, a palavra “parceiros” refere-se à relação com a terra e tem implícita em si todo um argumento crítico sobre o processo de expropriação fundiária que estava a decorrer. Parceiro, neste contexto, é o agricultor que cultiva a terra mediante um contrato de parceria sob o qual entrega ao dono da terra uma percentagem da produção anual (um *share-cropper* ou, como se dizia no Minho, um caseiro).

² Como nos explica José Arthur Giannotti, “todos líamos Marx com o objectivo explícito de entender o estágio em que se encontravam as relações sociais de produção capitalistas, para situar nelas as dificuldades do desenvolvimento económico e

social brasileiro, com o intuito muito preciso de poder avaliar as políticas em curso” (José Arthur Giannotti, 1998, “Recepções de Marx”, *Novos Estudos*, 50, p. 116).

João de Pina Cabral

Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa

GIULIANO PROCACCI

LA MEMORIA CONTROVERSA: REVISIONISMI, NAZIONALISMI E FONDAMENTALISMI NEI MANUALI DI STORIA

Cagliari, AM&D, 2003.

Em sete capítulos, o autor analisa as controvérsias que vêm marcando, em diferentes países e áreas do mundo, a elaboração dos manuais escolares de história. Dos chamados *last comers*, como as novas repúblicas do Leste europeu, passando por Israel, Rússia, Japão, Índia, Inglaterra ou EUA, Giuliano Procacci traz-nos os debates que vêm sendo travados entre elites políticas e científicas, movimentos culturais e governos nacionais.

Procacci, refira-se, é um dos mais conceituados historiadores italianos, agora em fim de carreira. O seu percurso ideológico é, como acontece com muitos outros intelectuais italianos da sua geração, indissociável do percurso do Partido Comunista Italiano. Também por aqui se percebe que as reflexões de Eric Hobsbawm, muito atendido na tradição da esquerda italiana, surjam como o principal porto de abrigo do livro de Procacci no contexto dos debates teóricos sobre os nacionalismos.

Das vastas informações expostas por Procacci sublinham-se dados que nos permitem ficar a par de várias especificidades em torno da produção dos manuais escolares. De como na Rússia e em grande parte dos países da Europa de Leste existe um manual de história nacional e um manual de história geral, de como em Espanha se verifica um plano de estudos que reserva 45% do espaço dedicado à história nacional à história das comunidades regionais/nacionais do país. Ou, ainda, de como na região balcânica a percentagem de espaço dedicado à história nacional se situa acima da média global considerada pelo autor (73% no caso da Sérvia, 60% no caso da Croácia).

Mas, para lá dos dados quantitativos, o livro de Procacci permite-nos fixar algumas proble-

máticas essenciais à relação entre historiografia e nacionalismo. Desde logo a questão da categorização da história em dois planos, um nacional e um outro geral. Esta categorização dicotómica é comum à esmagadora maioria dos casos estudados por Procacci. Esta imaginação do passado que o fixa num plano duplo – o “eu” e o “outro” – mostra-se assim decisiva na construção das identidades nacionais.

Procacci mostra-nos mesmo como ao longo da história, em situações de ruptura política mais ou menos espectacular, esta continuidade persiste. Veja-se a existência de um manual para a história nacional e um outro para a história geral nos países de Leste que se formaram sobre a queda da URSS, na qual tal separação já se verificava.

Mas, ainda mais significativamente do que a continuidade através do tempo, Procacci mostra-nos a continuidade entre os projectos que se opõem no interior de cada espaço nacional. Dos processos de controvérsia que marcam os debates em torno das elaboração dos manuais não resultam, na maior parte das vezes, rupturas com aquela estrutura dicotómica produtora de identidade. Afectos politicamente à esquerda ou afectos politicamente à direita, os processos de revisionismo que contestam a memória nacional dominante filiam-se na mesma lógica do sistema que contestam, propondo uma inversão dos conteúdos. É a isto que assistimos no caso de Israel, com figuras como Shlomo Avineri a promoverem uma revisão do nacionalismo israelita dominante por meio da alegação das origens socialistas do sionismo. É ao que assistimos, em sentido contrário, no caso da Índia, onde o revisionismo é promovido a partir do campo intelectual da direita, em busca de uma origem ariana da civilização hindu contra uma preponderância de tradição marxista que se vinha sistematizando predominantemente. Trata-se de conflitos que afirmam sentidos contrários, mas sentidos contrários que se relacionam na mesma direcção.

Ou seja, o revisionismo – colocado por Procacci de uma forma neutra, despido da carga ideológica que havia adquirido na tradição de debate político do campo do marxismo, por um lado, e no campo historiográfico, como mostra a situação do debate em torno da Revolução Francesa de 1789, por outro lado – surge como uma forma de conflito que não põe em causa (antes constitui) a mais fundamental das estruturas dos

manuais históricos, isto é, a história como uma tensão dialéctica entre uma dimensão nacional e uma dimensão geral.

Todavia, segundo escreve Procacci no capítulo dedicado ao debate nos EUA, ocorreram debates nos últimos tempos em que uma mudança paradigmática veio sendo produzida, mesmo que esteja longe de se concretizar ou que tenha sido até submetida. A proposta da passagem do conceito de *melting pot* para o conceito de *salad bowl* (saladeira), no caso americano como igualmente no caso indiano, traz consigo a tentativa de uma nova representação do passado, onde não há uma concepção do “outro” como oposto do “eu”. Trata-se de algo que grande parte das propostas multiculturais e pós-coloniais, assentando ainda numa representação sintetizadora (sincrética) das culturas ou limitando-se a procurar inverter o lugar das hierarquias da dominação, acabou por não questionar.

É neste contexto que uma outra influência intelectual marca a linha de Procacci. Ele mesmo destaca o pensamento de Amartya Sen, o indiano prémio Nobel da economia que defendeu nos anos 80, junto do Partido do Congresso Indiano, que na Índia ninguém devia ser concebido como “outro”, propondo a laicidade do programa do partido fundador da independência.

No caso americano, a ideia da saladeira trata do abandono da busca de uma identidade nacional sintetizadora das diferentes origens, trata mesmo do abandono da busca de uma origem, para dar lugar a uma proposta de representação das identidades que se jogam num mesmo espaço recíproco – é certo que contaminando-se, mas sem que daí resulte uma qualquer massa homogénea. A ideia de uma nação multicultural, de unidade na diversidade, que de certa forma preside a parte do discurso progressista em França ao longo dos últimos anos, perde aqui espaço para uma categorização não nacional das origens históricas e das identidades presentes. Na ideia da saladeira não há propriamente espaço para a ideia de unidade. Com a *salad bowl* que Procacci nos propõe, contudo, fica ainda por desafiar o próprio conceito de identidade e a própria ideia da história como busca de origens.

É ainda assinalável que o livro de Procacci não dedique nenhum capítulo aos casos europeus ocidentais (se aqui não incluirmos a Inglaterra). Na verdade, os recentes acontecimentos políticos

mundiais facilitaram que se olhasse para o nacionalismo num país ocidental como os EUA. Mas, no caso da Europa Ocidental, alguma blindagem ainda resiste e Procacci tinha aqui uma boa oportunidade para a desgastar.

Igualmente interessante seria explorar os casos africanos. Procacci nota avulsamente que, em África, uma tendência inicial parecia privilegiar a dimensão continental africana na construção da memória histórica levada a cabo pelas elites africanas na segunda metade do século XX. Mas logo afirma que essa tendência inicial terá dado lugar a um esforço de singularização da memória histórica, promovido a partir de cada estado-nação, com reflexos claros nos manuais escolares. Na verdade, e tal pode ser de certa forma observado no caso da África colonizada por Portugal, parece ser a passagem de uma dimensão movimentista para uma dimensão soberanista que assinala a passagem de uma retórica africanista para uma retórica nacionalista. Será com o fim dos movimentos de independência e a sua estatização que a imagem das identidades nacionais começará a ser construída sistematicamente. Esta hipótese – é a passagem de um marco movimentista para um marco soberanista que permite a construção de identidades nacionais – vem de certa forma questionar a necessidade da associação entre identidade nacional e militância anticolonialista, entre a própria ideia da identidade e a possibilidade de mobilização social conflitual.

A leitura do livro de Procacci convida uma preocupação: não tomar as categorias do real como categorias de conhecimento do real. Assim, conclui Procacci que a dicotomia nacional/geral que marca a produção dos manuais é de tal forma geral que remete o nacional para o domínio das especificidades. A mesma preocupação resulta da divisão que opõe, em cada caso estudado, cosmopolitas e nacionalistas (para utilizar as expressões do autor). Nesta perspectiva, torna-se clara a ilusão da ideia de que o local corresponde ao heterogéneo e o global ao homogéneo, até porque a questão é desde logo a da impertinência deste par dialéctico. Também teria sido interessante perceber a tendência que, no campo da história geral, marcará de forma comum as diferentes abordagens nacionais da história; por exemplo, em torno da ideia, do tempo e do lugar da Idade Média, objecto de esquecimento e/ou mistificação em manuais de vários países. Assim como seria

interessante perceber, num outro plano, a tendência que os manuais escolares terão para acentuar a ruptura em detrimento da continuidade, privilegiando uma história indissociável do tempo do épico.

José Neves

Bolseiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia
Centro de Estudos de Antropologia Social (ISCTE)

TELMO H. CARIA (ORG.)

EXPERIÊNCIA ETNOGRÁFICA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Porto, Edições Afrontamento, 2002.

Um pequeno livro com textos úteis: eis uma forma de sumariar *Experiência Etnográfica em Ciências Sociais*. A colectânea junta-se à (escassa) bibliografia – de resto invocada na introdução – sobre metodologias e, em particular, sobre o problema de saber como se pensa e faz etnografia nas ciências sociais em Portugal. Embora os alunos do ensino superior, os investigadores juniores e o público em geral merecessem mais obras especializadas em “normas de procedimento metodológico” (p. 9) e outros problemas estruturantes da investigação que atravessam os estudos qualitativos – à imagem do que se faz noutros países –, *Experiência Etnográfica em Ciências Sociais* não se afirma como manual e denota até um certo antinormativismo, já antes defendido por Madureira-Pinto (cf. p. 10).

Os textos são dominados por um mesmo objectivo: encontrar nas linhas teóricas que informam as diversas experiências etnográficas dos autores o sentido de todo o processo de investigação, um processo que assenta sempre na relação particular do investigador com o seu trabalho de campo e com a construção teórica. Assim, a ideia, bem apresentada por Caria, é “objectivar e racionalizar o que ocorreu” no campo (p. 10) – para “compreender a (ir)racionalidade do outro” (p. 12), a etnografia é apresentada como “lugar de fronteira” (p. 13) – e a ambição é contribuir para o “desenvolvimento de uma teoria social sobre a investigação etnográfica” (p. 10).

Esta opção tem efeitos legitimadores da prática científica e, também por isso, deve ser encarada com seriedade. A tentativa de dar segui-

mento a eixos de reflexão propostos antes por investigadores portugueses, misturando indiscriminadamente referências a sociólogos e a antropólogos, como António Firmino da Costa, Boaventura de Sousa Santos, Madureira-Pinto, Miguel Vale de Almeida, Maria Cardeira da Silva ou Raul Iturra, entre outros, aponta para a necessidade de alargamento da construção e representação da etnografia às várias disciplinas do social, o que aliás emana dos vários contributos textuais do livro.

A obra divide-se em duas partes: um bloco de textos onde se questionam sobretudo práticas de investigação – que T. Caria intitula “a construção sociocognitiva” – e outro – que designa como “a construção socioteórica” – que questiona os limites convencionais (mal) impostos ao conhecimento, obrigando a uma “recontextualização da teoria social” (p. 18).

À cabeça dos quatro primeiros capítulos está Luís Fernandes, um investigador que se tem afirmado como etnógrafo urbano e que faz jus à palavra interdisciplinaridade nas ciências sociais. Partindo das suas notas pessoais no diário de campo em territórios psicotrópicos do Porto, o autor conduz-nos num verdadeiro trabalho de referência para quem deseje ter uma noção fina do tipo de organização e indexação possíveis desse documento que tem para a maioria dos etnógrafos o estatuto de fonte privilegiada. Com Paulo Raposo entramos no domínio da discussão de ideias exploratórias que atravessam a sua pesquisa, centrada na observação e interpretação de *performances* culturais em Portugal. Partindo da ideia da “viagem etnográfica”, física e intelectual, do investigador, o autor adianta algumas advertências teórico-metodológicas válidas para o seu campo de investigação. O terceiro capítulo, da responsabilidade de Elísio Estanque, parte das ideias de Pierre Bourdieu para propor uma metodologia compreensiva onde os pressupostos subjectivos do investigador passam a ser revelados e incorporados na análise, com o fim de prevenir eventuais efeitos perversos da ciência. Entramos no contexto fabril do calçado do Norte de Portugal e, com o autor, partilhamos as ambivalências e os problemas que no quotidiano da investigação surgem quando negoceia, num mesmo terreno e simultaneamente, o seu estatuto de investigador e de trabalhador. No quarto texto, Ricardo Vieira parte de considerações gerais acerca da etnografia e,

progressivamente, vai-nos introduzindo no tema da sua pesquisa, que se baseia em entrevistas a professores dos três primeiros ciclos do ensino em Portugal. O autor demonstra como à medida que foi recolhendo narrativas biográficas foi identificando o seu *self* e traduzindo a sua própria experiência de professor.

Na segunda parte do livro, o quinto capítulo, Manuela Ribeiro questiona “como chegar às pessoas?”. Apresentando expressivos apontamentos do registo diário do seu trabalho de terreno entre famílias camponesas transmontanas, vai-nos demonstrando o papel do tempo na construção das relações interpessoais e na colaboração progressiva entre investigadores e nativos. No sexto capítulo viajamos até aos mapuche do Chile com Luís Silva Pereira. Da narrativa ressaltam dois aspectos: a forma como o investigador percorre um itinerário algo sinuoso até chegar aos mapuche e as representações do estrangeiro (alicerçadas na história local e espalhadas através de boatos) que o etnógrafo enfrenta, levando a que os nativos lhe enderecem frequentemente uma mesma questão: “qué hace por estas tierras?” No sétimo capítulo mudamos para o continente africano, para, entre os nalu da Guiné-Bissau, Amélia Frazão-Moreira nos descrever aspectos da sua interacção com os nativos em duas etapas do terreno: a da recolha etnográfica mais generalizada e a do processo de levantamento etnobotânico e uso de técnicas da “antropologia experimental”. No texto é recorrente a preocupação com as possibilidades de retribuição e retorno do trabalho de campo. Manuela Ferreira retoma o tema da educação, já antes trabalhado neste volume, mas agora com a etnografia de crianças em idade pré-escolar num jardim de infância em meio rural português. A autora começa por tecer uma crítica às limitações da perspectiva adultocêntrica da infância e acaba por procurar dar sentido ao jogo de perplexidades mútuas quando, como etnógrafa com o estatuto de “amiga”, fica para observar e participar nas actividades das crianças. Manuel Carlos Silva encerra a colectânea com algumas considerações sobre técnicas de recolha de dados e fala das vicissitudes das experiências de trabalho de campo em duas aldeias do Norte de Portugal, Aguiar e Lindoso. Na primeira experiência evidencia como as aparentes vantagens das relações intrafamiliares na região e sobretudo a posição comprometida com a ideologia marxista num quadro de inves-

tigação-acção se transformam em desvantagens no trabalho de campo; na segunda narra as dificuldades que experimenta na sua inserção na aldeia e a forma como vai resolvendo tais equívocos e operacionalizando a etnografia.

Que lições retirar deste variado conjunto de textos? Parece sempre proveitoso juntar pessoas que praticam e escrevem etnografia e fazer, de tempos a tempos, esse escrutínio das práticas, desses modos de construção de teoria ancorada na observação do real para produzir uma “epistemologia auto-reflexiva” no quadro das ciências sociais e traduzir algumas lógicas que informam o “jogo de espelhos” no campo (Estanque, pp. 62 e 75) e, idealmente, avaliar as formas de representação em etnografia (Van Maanen, *Representation in Ethnography*, 1995). São livros como este que nos obrigam a não perder de vista questões basilares (que talvez merecessem revisitação): como pensar terrenos tão diversos e particulares a partir de uma abordagem que tem tanto de idiossincrática como de disciplinar e sistemática? Que generalizações podem ir sendo feitas?

Ainda assim, os contributos presentes em *Experiência Etnográfica em Ciências Sociais* são algo desiguais, traduzem diferentes níveis de desenvolvimento da reflexão metodológica e a diferente permeabilidade à complexidade que tal reflexão convoca. É provável que também reflectam os pontos de investigação em que foram escritos, os estatutos profissionais presentes dos investigadores e, mesmo que indirectamente, as tradições e os territórios disciplinares mais ou menos sensíveis à “nudez” metodológica (Raposo, p. 44) e sua reflexão sistemática. Não é de estranhar que alguns dos contributos assentem em objectivos concretos, como dar a conhecer dimensões pessoais do trabalho de campo, e nesse sentido se evidenciem mais “confessionais” (cf. Van Maanen, *Tales of the Field: on Writing Ethnography*, 1988), e outros se comprometam com a ambição de adivinhar soluções ou retirar algumas lições epistemológicas a partir dos seus itinerários etnográficos. Todavia, é sempre bom saber do que falamos quando falamos de etnografia, o que nuns casos é muito mais evidente do que noutros.

Susana Durão
Bolseira FCT

Centro de Estudos de Antropologia Social (ISCTE)

MANUELA IVONE CUNHA

ENTRE O BAIRRO E A PRISÃO: TRÁFICO E TRAJECTOS

Lisboa, Fim de Século-Edições, 2002.

Muito para além da leitura destinada a uma recensão, o livro de Manuela Ivone Cunha rapidamente se transforma num excelente instrumento de trabalho. Desde logo pelos temas que trata: i) por dar a conhecer o papel de mulheres portuguesas no mercado *free-lance* de drogas (uma “economia de droga semiperiférica”, p. 169); ii) por se detalhar na relação das reclusas com o policiamento e o dispositivo de controlo legal; iii) por finalmente nos permitir ir dentro de uma prisão feminina (Tires) e seguir um fio interpretativo acerca das experiências de vida, redes de parentesco e relações nos bairros degradados de onde provêm estas mulheres, mas também sobre as práticas discursivas sobre a delação (o “chibançaço”), os sentidos das clivagens e da “integração na exclusão” (p. 6).

O uso da palavra “filigrana” (p. 25) convoca um patamar de discussão a partir do qual se percebe a presença de um texto de grande qualidade. A apresentação comparada de um conjunto de dados sociográficos correspondentes aos finais das décadas de 1980 e 1990 faz emergir a profunda transformação entretanto operada no perfil penal das reclusas. Enchendo a cadeia de mulheres progressivamente menos jovens, aqueles dez anos reduziram “a diversidade criminal” das presas, agora esmagadoramente condenadas “a penas muito mais longas”. Dando conta de uma “pauperização genérica” da população prisional, constata-se, em simultâneo, uma homogeneização, “por baixo”, do seu perfil sociológico (pp. 76-77). Inscrita em todo o itinerário analítico, é esta transformação que é sistematicamente sujeita a um inquérito no qual o exercício comparado da viagem pelo tempo do cárcere e pelas transformações entretanto operadas vai sendo acompanhado por uma discussão teórica, fina e bibliograficamente estribada. Somos assim apresentados a uma obra muito completa e densa mas sempre compreensível; de opções originais, porventura ambiciosas (até pelo constante recurso à comparação com trabalhos referentes a outros contextos), mas claras.

O texto é também uma excelente etnografia. O que não é pouco, atendendo aos perigos que

rondam a construção de um objecto como o seu: a ter em conta os discursos que têm vindo a construir o problema-droga e que tendem a desstituir todos os agentes nele envolvidos do direito a um sentido para as suas palavras e acção, os simples actos de ouvir e olhar para compreender constituem, por si mesmos, um exercício da maior importância. Ao colocar este trabalho e a sua autora na melhor tradição antropológica, esta característica funda também a sua importância política: em Tires, cada uma das mulheres – a Zulmira, a Iolanda, a Maria Emília, a Lavínia... – é, sem uma mediação quantitativa que oblitere a sua humanidade, escutada pelo sentido literal da sua fala.

Para o leitor é já evidente que, embora partindo de uma experiência de campo situada, não satisfazem a autora reflexões demasiado presas ao perímetro prisional, preferindo esta colocar em evidência os universos sociais que, em muito larga medida, se repercutem no lugar que é a prisão. E, como se tal não bastasse, a autora vai ainda percorrer toda a lógica que compõe e recompôs em dez anos de vida em Portugal os bairros e a prisão (especificamente na distância que medeia os dois momentos da sua investigação, 1987 e 1997). A discussão antiga na antropologia, e em larga medida extensiva às ciências sociais, de produzir um conhecimento em contexto por alternativa a uma análise mais “sistémica” não é aqui uma opção de um sentido apenas. A riqueza da obra está em conseguir ser “dois em um”, problemática social e organizacional. Deste ponto de vista, e a título de exemplo, leia-se a discussão dos pormenores diferenciados das relações entre os diversos tipos e origens das presas e as respectivas guardas.

Assim vão sendo derrubados os muros da cadeia. Analisando a “proveniência maciça e sistémica de um leque de bairros precarizados” e a existência “de núcleos mais ou menos alargados de reclusas que se conheciam já antes da prisão” (p. 95), vamos sendo confrontados com o imbricamento das condições de vida destas últimas com as características das práticas policiais que organizam as suas detenções – é cada um daqueles bairros que se constitui como alvo – e com as assimetrias verificadas no acesso a um serviço jurídico de qualidade. Demonstradas as características das primeiras – marcadas pela pobreza e pela maleabilidade do parentesco e da vizinhança

– e desmontado o mito do “grande traficante” e do discurso que o organiza, fica à vista a articulação da precariedade estrutural das economias e de algumas das relações domésticas destas mulheres, com as suas incursões nas periferias da economia legal e da venda a retalho. Relatadas as segundas, ficam à vista as “braçadas” de arguidas (p. 188) que, dos bairros, trazem para dentro da prisão uma parte do seu universo de relações e as concepções com que organizam as suas lealdades.

É já claro que este trabalho de investigação vem lembrar que não é necessariamente nos estudos de objectos consagrados na antropologia que surge inovação teórico-metodológica. Evidenciando que a disciplina não mais se confunde com os seus (tradicional) objectos, Manuela Ivone Cunha conduz-nos ainda numa espécie de itinerário científico cruzado, conciliador de escalas. A reflexão no capítulo 2 acerca do seu estatuto de antropóloga, a negociação e renegociação de papéis em “mapas” simultaneamente “sociais e subjectivos” (p. 77), por um lado, e o epílogo, pela reflexão ampla acerca das políticas para as prisões, por outro, são dois dos momentos-chave que sublinham essa opção. Se com esta obra a autora está a contribuir para o encontro de respostas que colocam a antropologia no seio de discussões de estado, tal não serve para abandonar aspectos cruciais inerentes ao saber-fazer dos etnógrafos. Se as opções metodológicas nem sempre merecem a atenção devida nas etnografias que delas tanto dependem, já a reflexão implicada, embora não seja novidade nas ciências sociais, tem sido uma prática pouco acarinhada entre antropólogos portugueses (dos mais empiristas aos mais teóricos). A partir de um texto integrado, Manuela Ivone Cunha vem recolocar na ordem do dia estas duas dimensões da produção de saber. E, mais uma vez, fá-lo de modo engenhoso.

Não admira então que este texto tenha, em 2002, sido premiado pelo Instituto de Ciências Sociais com o prestigiado prémio Sedas Nunes, pois “mais do que uma excelente tese de doutoramento, é um ponto de viragem na antropologia portuguesa e no nosso entendimento da criminalidade, do que poderíamos chamar o sistema da droga e, num âmbito mais vasto, das estruturas de desigualdade na nossa sociedade” (prefácio de Miguel Vale de Almeida). A investigação em antropologia que nos ajuda a conhecer melhor Portugal e que fundamenta opções a que

não estamos habituados, algo ‘radicais’ na forma e na crítica social, política e económica merece, no mínimo, celebração.

Susana Durão

Bolseira FCT

Centro de Estudos de Antropologia Social (ISCTE)

Luís Vasconcelos

Centro de Estudos de Antropologia Social (ISCTE)

TERESA FRADIQUE

FIXAR O MOVIMENTO: REPRESENTAÇÕES DA MÚSICA RAP EM PORTUGAL

Lisboa, D. Quixote, 2003.

Um dos principais desafios da antropologia contemporânea, enquanto analista e interpretadora de fenómenos sociais e culturais, será provavelmente o reenquadramento espacial e temporal dos “objectos” que estuda. Noutras palavras, perante aquilo que costumamos sintetizar na palavra “globalização” e seus efeitos, isto é, perante o cada vez mais frequente e facilitado acesso e circulação da diversidade de realidades, representações e produtos, torna-se cada vez mais complicado ao analista (que é simultaneamente observador, interpretador, consumidor, produtor) pensar as manifestações socioculturais em termos sincrónicos e de “lugar”. Neste sentido, a multiplicação de discursos e interpretações publicitadas e veiculadas pelo fluxo crescente de canais de comunicação e intercâmbio (*media*) obriga-nos a reflectir sobre o papel do antropólogo na construção e partilha de conhecimentos sobre os fenómenos culturais da contemporaneidade: já não detendo o monopólio interpretativo dos fenómenos observados, as suas reflexões e discursos são por sua vez incorporados nos processos de produção e circulação informativa onde a “actualidade” se encontra em constante mutação e onde predomina uma “polifonia de significados”.

O caso da “música” – enquanto “cultura”, ou seja, inserida em lógicas de acção, produção e significação que a transcendem – é particularmente sensível: através da sua dimensão colectiva, pública e performatizada encontra-se cada vez mais sujeita, por um lado, a discursos de identidade e legitimação e, por outro, a processos globais e industrializados de mercadorização

(*commodification*) e etiquetagem. No entanto, e como sugere Teresa Fradique (na linha de Simon Frith), a “música” também é veículo de experiências, construtora de alianças, produtora de narrativas individuais de desejo e emoção, criadora de espaços sociais, estilos de vida (pp. 19-30)... É neste entrecruzar de processos e realidades que a antropologia da música se deverá situar, de forma a poder proporcionar reflexões socialmente relevantes.

Neste contexto, *Fixar o Movimento*, de Teresa Fradique – resultado de uma investigação realizada no âmbito de um curso de mestrado em antropologia no ISCTE –, procura não uma análise técnica, musicológica, de um determinado “género musical” num contexto geográfico circunscrito – o rap em Portugal –, mas sim uma reflexão sobre os discursos, representações públicas, práticas, consumos e produções que o conformaram num período específico – entre os anos de 1994 e 1998 –, período em que se verificou uma “explosão” do rap “português” em termos de produção musical, cultural e comercial (com a proliferação de edições, acontecimentos e grupos), e sobretudo em termos de visibilidade e exposição mediática e como objecto discursivo e publicitado.

Assim sendo, Teresa Fradique procura – através de uma *multisited ethnography* que acompanha espaços de produção cultural multifocalizados – reflectir em torno de questões tais como: quais os processos através dos quais o rap foi, no período em questão, legitimado por políticas socioculturais mais vastas que lhe conferiram visibilidade e “hegemonia” momentânea? Nesta lógica, que discursos e práticas foram considerados socialmente pertinentes (ou “consumíveis”)? Que processos, condições, estratégias e critérios transformaram o rap num produto cultural de consumo “mercadorizado” e assimilado pelo *mainstream*? Qual o contexto social, cultural, económico e político português que envolveu estes processos? (pp. 31-35).

Esta abordagem, temporalmente situada mas territorialmente multifocalizada (embora centrada no contexto português), remete pois para a dimensão processual, criativa e dinâmica que caracteriza o seu objecto de estudo – daí a necessidade de *fixar o movimento* através das suas várias vertentes e eixos, reconhecendo abertamente o carácter fluido e polifocal da “música” enquanto fenómeno “observável”.

Com esta abordagem, a autora opta, numa primeira instância, por uma análise crítica da produção literária e teórica que acompanhou o desenvolvimento da música rap desde a sua origem no Bronx nova-iorquino, entrecruzando aspectos musicais, especificidades técnicas, personagens, práticas e dimensões expressivas, projectos ideológicos e mediatizações com uma produção teórica “cristalizadora”, construtora de temas recorrentes, historiografias e análises contextuais (capítulo 1). É a partir dessas narrativas que é contextualizado o aparecimento do “rap português” inserido numa cultura suburbana pós-colonial portuguesa, marcada por experiências quotidianas (a *street...*) e opções pessoais negociadas, dinamizadas e “sincretizadas”, e onde a cultura hip-hop (e a música rap) aparece como fenómeno diaspórico, pluriterritorializado, interclassista, multiétnico e transnacional (capítulo 2).

A seguir, e partilhando com o leitor o seu “diário de bordo”, a autora percorre os espaços públicos de performance, consumo e produção do rap em Portugal – dinâmicas de acção, tempo e espaço que, por um lado, fomentam momentos de visibilidade pública e “polissemias comunicativas” (p. 89) e, por outro, constituem possibilidades experienciais, reflexividades e representações (capítulo 3). Serão precisamente essas possibilidades experienciais (trajectos biográficos, vivências, redes de sociabilidade, projectos identitários, etc.) que a autora procurará retratar – discursos reflexivos, afectivos e de auto-representação que os “actores” partilham e cuja heterogeneidade ajuda a ultrapassar categorias essencialistas frequentemente associadas à música rap (negritude, africanidade, etc.) (capítulo 4).

Numa “segunda parte” do livro a autora procede a uma desconstrução dos discursos públicos e políticas socioculturais hegemónicas que enquadraram o “aparecimento” do rap na esfera pública e comercial portuguesa: desde as retóricas da multiculturalidade, racismo e etnicidade (“minoría étnica”) que caracterizaram as agendas e linguagens políticas – assim como um importante sector da produção das ciências sociais (capítulo 5) – até aos *media* como veículos de cultura, criadores de padrões de representação cultural, prescritores de realidades (como defendia Pierre Bourdieu) através de agendas jornalísticas e processos de *newsmaking* – produzindo associações superficiais entre o rap e criminalidade, violência, raça negra,

juventude, subúrbios, etc. (capítulo 6) –, e à indústria musical portuguesa (editoras, músicos, imprensa) enquanto “promotora” de culturas nacionais, construtora de “géneros musicais”, participante de processos globais e comercializadora de práticas musicais (capítulo 7).

Concluindo, esta análise de um fenómeno musical específico como é o do rap revela-se extremamente válida, não apenas pela abordagem compreensiva, interpretativa e contextualizadora de um fenómeno sociocultural – que, ao contrário do sistema de parentesco dos crow ou da bruxaria azande, nos é, pelo menos, familiar, sendo servido à nossa mesa no jornal matutino ou no telejornal do jantar –, mas também pelo reconhecimento (através de uma capacidade reflexiva notável) de uma contemporaneidade social e cultural nos fenómenos musicais que obriga, como afirma a autora, a uma inversão do processo antropológico clássico (p. 210): não é já ao antropólogo que cabe sistematizar e construir representações de lógicas culturais “outras”, mas sim aos indivíduos que ele observa, e que produzem discursos, definições e manipulações das suas próprias ideologias e práticas, esses que são frequentemente publicitados, chegando, também por essa via, aos ouvidos do antropólogo.

Neste contexto, uma obra como *Fixar o Movimento* representa um passo em frente no que diz respeito à (escassa) produção das ciências sociais em Portugal sobre a música e seus contextos, constituindo uma nova e necessária proposta metodológica de análise e oferecendo ainda um contexto empírico e um conteúdo teórico pertinentes e necessários, sobretudo no que diz respeito à descrição pormenorizada do “fenómeno rap”, à abordagem crítica dos *media* portugueses e da indústria musical, e à descrição contextualizada dos contextos urbanos que constituem focos de produção cultural.

Ruy Llera Blanes

Bolseiro FCT

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

SUSANA DURÃO

OFICINAS E TIPÓGRAFOS: CULTURA
E QUOTIDIANOS DE TRABALHO

Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2003.

A mudança social é uma das marcas mais fortes do sistema mundial moderno. As suas reconfigu-

rações recentes articulam-se estreitamente com as transformações sociotécnicas que estão a alterar profundamente as relações sociais e as culturas nos espaços de produção. Susana Durão, com *Oficinas e Tipógrafos: Cultura e Quotidianos de Trabalho*, levanta-nos a um território industrial, o das tipografias, onde elas se fazem sentir com viva intensidade. Interessada em registar os “mundos sociais, culturais e profissionais em desaparecimento e ampla transformação” (p. 28), a sua etnografia densa – que poderá, por vezes, parecer fastidiosa ao leitor menos familiarizado com o texto antropológico – foi construída, como sublinha na conclusão, “em torno das relações sociais no trabalho e dos mecanismos que permitem a reprodução de uma cultura de trabalho e de profissão” (p. 291).

O livro começa pela discussão das continuidades e rupturas verificadas no “mundo” dos tipógrafos, preparando o leitor para o exame minucioso dos quotidianos de trabalho e “além do trabalho”, como sugestivamente indica o título do seu filme etnográfico sobre espaços e actores sociais observados. Neste contexto, formula uma crítica pertinente ao conceito de “cultura de empresa” trazido para o debate pelas teorias da gestão (ver, entre outros, Charles Hampden-Turner, *Cultura de Empresa: do Círculo Vicioso ao Círculo Virtuoso*, 1993, e Thomas Peters e outros, *In Search of Excellence*, 1987). Esta reinterpretação das velhas estratégias de dominação ligadas às abordagens tecnocráticas alicerçadas no *taylorismo*, no movimento das relações humanas, no enriquecimento das tarefas e, mais próximo de nós, nas dinâmicas de grupo e na autoformação (ver Oscar Ortsman, *Mudar o Trabalho: as Experiências, os Métodos, as Condições de Experimentação Social*, 1984), encamiçadas por uma retórica ancorada em aspectos como a participação, a responsabilização e a comunicação, é justamente criticada por Susana Durão, que a considera assente numa visão pasadista da cultura, que privilegia a coesão e a homogeneidade em detrimento das complexidades relacionadas com os conflitos, as mobilidades e as estratégias presentes nos espaços de produção.

Elegendo quatro tipografias de Lisboa e uma de Almada – a localizada no Chiado, “A Gloriosa”, assume uma posição preponderante na investigação –, a etnografia de Susana Durão percorre toda a história, velha de décadas, das transformações sociotécnicas, sem obnubilizar a trajetória

política do país, desde a I República até ao presente, em estreita articulação com os processos de aquisição e transmissão dos saberes ligados à profissão no quadro duma vivência quotidiana centrada no trabalho oficial. De modo convincente, mostra-nos como neste espaço produtivo os saberes técnicos constituem um capital importante que é utilizado pelos seus detentores para negociarem uma melhor posição na estrutura social e, não raro, como contraponto ao poder patronal ancorado no capital-dinheiro e no direito. No seu entender, eles estão ligados às “práticas e competências fixadas em códigos” (p. 85) que contribuem para a representação dos tipógrafos como aristocracia operária. Embora não faça parte da problemática central que organiza o livro, a sua etnografia faz referência amiúde às preferências políticas dos actores sociais que concorrem para, no contexto nacional, contraditar a tese marxista clássica da adesão desta camada ao reformismo político, confirmando (ou mesmo acentuando) o já observado por Nicos Poulantzas (*Teoria das Classes Sociais*, 1976) para outros países europeus, nos quais o seu posicionamento não é muito diferente do dos “operários pobres”.

A aprendizagem da “arte-negra” é um processo complexo e longo, realizado no posto de trabalho. Como nos mostra Susana Durão, depende de uma relação social desigual entre o detentor dos saberes, que não se esgotam no domínio técnico, e aquele que aprende, o aprendiz. Este sofisticado processo corresponde ao padrão de aprendizagem de ofícios definido por Pierre Bourdieu (*O Poder Simbólico*, 1989: 22): reprodução dos saberes de prática para prática, baseado na vivência quotidiana entre aquele que ensina e aquele que aprende, modo de transmissão de saberes utilizado nas sociedades sem escrita e sem escola que também é aplicado em sociedades com escrita e com escola. Ou seja, também neste meio oficial a observação e a prática continuam a ser os mecanismos centrais de aprendizagem dos saberes. Mais importante do que a explicação oral dada por aquele que sabe ao que está a aprender, é o ver-fazer, que não se esgota na aquisição da competência técnica para a correcta execução da operação necessária à realização da tarefa. De facto, a aprendizagem possui também uma dimensão relacionada com o modo de estar nas tipografias, o conhecimento preciso do que é permitido fazer, das posturas e discursos consi-

derados legítimos pela ordem instituída, quer dizer, implica uma aprendizagem dos modos de estar e, se possível, de pensar dos operários, enfim, uma disciplina de trabalho adequada às necessidades da produção industrial.

Como sustenta Susana Durão, o lugar que cada um ocupa no espaço de produção é inseparável, em regra, da trajetória das aprendizagens realizadas, desde aprendiz até oficial, podendo alguns chegar a chefe directo ou encarregado-geral. Essas categorias são reservadas aos homens, dado que a entrada das mulheres nas oficinas de tipografia é relativamente recente, estando confinadas a tarefas de reduzida complexidade técnica, em que os saberes exigidos para a sua boa execução são simples e de fácil aquisição. Aliás, são de salientar os abundantes elementos etnográficos apresentados sobre as relações entre os géneros, marcadas pelas mais diversas formas de divisão e de desigualdade, que não se esgotam no espaço restrito da oficina, antes se prolongam para fora dela e do próprio tempo de trabalho.

A etnografia traz também à existência as disputas entre operários e entre estes e os patrões, numa perspectiva histórica longa que contribui para compreender com bastante clareza que se trata de espaços industriais trespassados por conflitos e formas de resistência, muitas vezes de tipo infrapolítico (ver James Scott, *Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts*, 1990), ligados ao processo político-social do país e à história dos tipógrafos, enquanto classe comprometida com os ideais socialistas e revolucionários. É certo que Susana Durão nos avisa que não pretendeu tratar com finura os conflitos nem as relações entre “o patronato, e o variado espectro de clientelas” (p. 298), porém, e conquanto falte a necessária articulação com a teoria, que faz com perícia para outros aspectos como o das aprendizagens, a sua etnografia está saturada de factos e narrativas que permitem ao leitor penetrar nos meandros das lutas operárias neste meio oficinal, em especial para o período estado-novista, no qual os tipógrafos eram vistos com enorme e justificada desconfiança pelo regime. São magníficas as descrições dos actores sociais sobre as pequenas “gralhas”, cometidas com toda a intencionalidade, para denegrir a figura do ditador, ou as leituras de Émile Zola, Steinbeck e Jorge Amado, elas também fundamentais para a plena integração dos tipógrafos no seu meio profissional.

Embora sempre presentes ao longo do texto, é no capítulo 7 que as mudanças sociotécnicas nas

tipografias merecem o grosso da atenção de Susana Durão. Debruçando-se com detalhe sobre a evolução tecnológica, com destaque para a entrada em cena do *offset*, na sua etnografia são abundantes as narrativas dos actores sociais sobre os efeitos provocados por essas mudanças, nomeadamente para a negociação da posição social e, mais grave ainda, da própria reprodução social da profissão, quer dizer, da existência da classe na configuração que ela conheceu ao longo de quase todo o século XX. Como dizem os tipógrafos, “a tipografia está a morrer” (p. 119), “estamos em vias de extinção” (p. 302), expressões fortes da angústia e do sofrimento que estes homens são, de todo, incapazes de conter ou afastar, perante as mudanças que não podem pilotar. Afastando-se das abordagens que olham a tecnologia separada dos actores sociais e de tudo o que lhes é subjacente ou por eles produzido – saberes, gestos e ferramentas –, Susana Durão examina demoradamente o modo como ela modifica a cultura no espaço de produção, relevando os seus efeitos na desqualificação do trabalho nas tipografias, em particular nas categorias profissionais mais exigentes e prestigiadas. Na esteira de uma reflexão já longa (ver, por exemplo, Wright, *Class, Crisis and the State*, 1979), torna evidente que a tecnologia não é socialmente neutra, podendo destruir trabalho qualificado em benefício de outro de menor exigência técnica, situação que é bem percebida pelos tipógrafos, quando estes “lamentam as transformações técnico-sociais que desprestigiaram o ofício, sobretudo ao nível das competências profissionais” (p. 243).

Por fim, uma nota breve sobre a revisão da problemática relativa ao trabalho de campo, com a qual Susana Durão encerra o seu livro. Socorrendo-se de algumas das mais recentes referências teóricas, discute aspectos cruciais como o tempo, a participação, a relação com os actores sociais envolvidos e as crises que marcam qualquer experiência de pesquisa etnográfica. A sua integração implicou a ocupação de uma posição precisa nos lugares onde efectuou o trabalho de campo – “alguém que chega para observar” (p. 307) –, conquistada à força da remoção de desconfianças e dúvidas no relacionamento com os actores sociais “interlocutores”. E, sobretudo, de “imaginação metodológica”.

Fernando Bessa Ribeiro

Departamento de Economia e Sociologia
da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro